

**ATA DA 602ª REUNIÃO DA EGRÉGIA CONGREGAÇÃO DA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2026, segunda-feira, às 14:00 (quatorze horas), na Sala da Congregação, mediante convocação prévia individual, realizou-se a 602ª reunião da Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, sob a presidência da Profa. Thais Porlan de Oliveira, Diretora da Faculdade, com a presença dos seguintes membros: professores Rogério Duarte do Pateo, Vice-Diretor; Mariana Petry Cabral, Chefe do Departamento de Antropologia e Arqueologia; Ricardo Fabrino Mendonça, Chefe do Departamento de Ciência Política; Camilo de Oliveira Aggio, Chefe do Departamento de Comunicação Social; Leonardo de Mello Ribeiro, Chefe do Departamento de Filosofia; Tarcísio Rodrigues Botelho, Chefe do Departamento de História; Edson Massayuiki Huziwara, Chefe do Departamento de Psicologia; Ana Marcela Ardila Pinto, Chefe do Departamento de Sociologia; Gilvan Ramalho Guedes, Coordenador do Curso de Ciências Socioambientais; Abílio Azambuja Rodrigues Filho, Coordenador do Curso de Filosofia; Isabele Batista Mitozo, Coordenadora do Curso de Gestão Pública; Fernanda Mauricio da Silva, Coordenadora do Curso de Jornalismo; Erika Lourenço, Coordenadora do Curso de Psicologia; Laura Guimarães Corrêa, Subcoordenadora do Curso de Publicidade e Propaganda; Eduardo Antônio de Jesus, Coordenador do Curso de Relações Públicas; Ruben Caixeta de Queiroz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia; Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; Carlos Frederico de Brito D'Andrea, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social; Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia; Douglas Attila Marcelino, Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em História; Carolyne Reis Barros, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Renato Bortoloti, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Cognição e Comportamento; Raquel Oliveira Santos Teixeira, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia; Adriana Romeiro, Representante Docente (titular); Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Representante Docente (titular); Vilma Carvalho de Souza, Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos (titular); Marina Paula Pereira Neves, Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos (titular); Janaína Mara Soares Ferreira, Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos (titular); Herivelton de Oliveira Ferras, Representante dos Servidores Técnico-Administrativos (titular); Júlia Eduarda Costa Silva, Representante Discente (titular); Gabriela Moreira Coelho, Representante Discente (titular); Sarah Cristina Freitas dos Santos, Representante Discente (titular); Maria Eduarda Fonseca Rocha Santos, Representante Discente (titular); Daniela Borges Ferreira, Representante Discente (titular) e Larissa Rodrighero Prado, Representante Discente (titular).  
**Ausência justificada:** Eduardo Viana Vargas, Coordenador dos Cursos de Antropologia e Arqueologia; Jorge Alexandre Barbosa Neves, Coordenador do Curso

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten initials: R, Q, and others]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

de Ciências Sociais; Nisio Antônio Teixeira Ferreira, Coordenador *pro tempore* do Curso de Comunicação Social; Marina Silva Duarte, Coordenadora do Curso de História; e Daniela Magalhães Klökler, Representante Docente (titular). **Ausências não justificadas:** Eduardo Meira Zauli, Coordenador do Ciclo Introdutório às Ciências Humanas; e Sara Garcia de Souza, Representante Discente (titular). Constatado o *quorum* qualificado de 36 (trinta e seis) presenças, a sessão foi instalada pela senhora presidente. **EXPEDIENTE:** Dando início à Seção, a Profa. Thais Porlan de Oliveira, Presidente da Congregação, agradeceu a presença de todos, deu as boas-vindas aos novos membros e, a seguir, submeteu as atas da 588ª e 601ª reuniões ordinárias ao plenário que, sem indicação de alterações, procedeu à aprovação por unanimidade. **Informes:** A Senhora Presidente comunicou aos presentes a realização de assembleia convocada pelo movimento estudantil da Fafich, designada para o dia 28 de abril, destinada à apreciação de ocorrências envolvendo investidas de candidatos vinculados a partidos políticos de extrema direita em desfavor dos estudantes desta Unidade. Franqueada a palavra à representação discente, esta requereu que a matéria fosse elevada à condição de pauta deliberativa, e não meramente informativa, sob o argumento da inexistência de garantias mínimas de segurança ao corpo discente, à semelhança do lamentável episódio verificado na última semana. No episódio, ocorrido em 23/04/26, dois pré-candidatos estiveram na UFMG, em frente à FAFICH, acompanhados de seguranças particulares, realizando gravações para redes sociais e portando grande placa de papelão com a imagem do ex-presidente da República. A ação teve caráter claramente provocativo em relação aos estudantes que circulavam pelo local, culminando em tumulto envolvendo representantes de entidades estudantis da FAFICH, com registro de agressões verbais e até físicas. A situação demandou intervenção da segurança universitária para contenção e restabelecimento da normalidade, inclusive até a portaria do Campus Pampulha. Em resposta ao pleito discente, a Senhora Presidente explicou a dificuldade de acolhimento do pedido, esclarecendo que, no que concerne à segurança dos estudantes durante a referida assembleia, não compete à Congregação a adoção de medidas ou providências específicas, porquanto a natureza de suas atribuições é eminentemente administrativa. Não obstante, a Diretoria manifestou-se disponível para dialogar com o corpo discente em momento oportuno, com vistas ao adequado tratamento da matéria. Na sequência, outros estudantes também se manifestaram solicitando que a Diretoria e a Congregação se implicassem na defesa da segurança para que a assembleia ocorresse; a Profa. Thais Porlan de Oliveira e o Prof. Rogério do Pateo elucidaram que a segurança universitária não se encontra subordinada à Unidade, razão pela qual a atuação da Diretoria se circunscreve à solicitação de apoio aos órgãos competentes, os quais procedem em conformidade com os protocolos institucionais estabelecidos pela Universidade. Como medida alternativa possível a Diretoria propôs-se a adoção, a partir de horário a ser definido, do protocolo de controle de acesso às dependências do prédio, restringindo-se a entrada a estudantes e servidores da Unidade, com possibilidade de extensão às demais Unidades integrantes do complexo, mediante acordo com as respectivas Diretorias da Fale e da ECI. O Prof. Rogério do Pateo acrescentou que a função precípua do corpo de segurança universitária consiste na proteção patrimonial por força, inclusive, de cláusula contratual, tendo em vista a inexistência, no âmbito institucional, de

*[Handwritten initials]*

*[Handwritten initials]*  
HOF

*[Handwritten signature]*  
Tonle

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Wilmacs

*[Vertical column of handwritten signatures and initials]*

política própria de segurança pública. Em contraponto, a representação discente lembrou que, no episódio ocorrido na semana anterior, houve a imobilização de um discente por agente de segurança da UFMG durante situação de alteração física. Registrou-se, ainda, a existência de mobilização, em redes sociais, por parte de militantes da extrema direita com o propósito de promover tumulto durante a assembleia estudantil, inclusive com perseguições individuais aos estudantes e exposição indevida de suas identidades nas redes. O Prof. Rogério do Pateo informou que as instâncias competentes na Reitoria vêm sendo acionadas sempre que necessário, bem como orientou que os discentes eventualmente ameaçados formalizem as ocorrências mediante registro de boletim junto às autoridades policiais competentes. A Sra. Presidente reiterou que tanto a Diretoria quanto a Congregação atuarão politicamente junto às instâncias superiores, a fim de que a matéria seja discutida em âmbito institucional mais amplo. Na mesma linha, a Profa. Isabele Batista Mitozo instou os discentes a procederem à lavratura dos respectivos boletins de ocorrência, bem como a levarem ao conhecimento das autoridades policiais as ameaças já relatadas, porquanto a garantia da segurança pública constitui atribuição estatal, sendo a conduta de perseguição passível de enquadramento penal. Por fim, a Diretoria comprometeu-se a envidar esforços para a realização de uma reunião no dia seguinte da reunião da Congregação com a Pró-Reitoria de Administração, com a participação dos representantes discentes, visando à discussão das medidas de segurança cabíveis. Ademais, como informe, a Senhora Presidente informou a alteração da data da reunião ordinária da Congregação anteriormente prevista para o dia 22 de junho, a qual será realizada no dia 29 do referido mês. **ORDEM DO DIA: 1) Homologação das decisões da Diretoria, aprovadas ad-referendum da Congregação: Processo de progressão funcional: Adjunto II para Adjunto III: Magda dos Santos Ribeiro, do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Adjunto III para Adjunto IV: Adriana Romeiro, do Departamento de História. Associado III para Associado IV: João Carlos Amoroso Botelho, do Departamento de Ciência Política; Valeria de Fatima Raimundo, do Departamento de Comunicação Social. Parecer N° 18/2026, de revisão das progressões da Profa. Regiane Lucas de Oliveira Garcéz, do Departamento de Comunicação Social. Portaria N° 3244/2026, de designação da comissão avaliadora do processo de promoção a titular da Profa. Carmen Elvira Flores Mendoza Prado, do Departamento de Psicologia. Ficha de gestão do projeto "Compreendendo a segurança pública em Minas Gerais", coordenado pelo Prof. Claudio Santiago Dias Junior, do Departamento de Sociologia. Projeto de pesquisa "Surveys eleitorais no Brasil e as eleições de 2026", sob a coordenação do Prof. Lucas de Oliveira Gelape, do Departamento de Ciência Política. Prorrogação do prazo de vigência do projeto de extensão "Capacitação de atualização com ênfase na dimensão coletiva e territorial do trabalho social com famílias efetivada no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEF", coordenado pelo Prof. Gustavo Henrique Carretero, do Departamento de Psicologia. Remoção da Profa. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, do Departamento de Sociologia (DSO) para o Departamento de Ciência Política (DCP) da FAFICH. Projeto de Extensão "Matéria da Memória: o Cuidado e o Rigor em Guardar o Tempo", sob a coordenação da Profa. Daniela Magalhães Klokler, do Departamento de Antropologia**

S

R

ADP

H. DF

Torli

[Handwritten signature]

CDK  
fer  
Jelmacs

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Cal  
con  
h

B S  
LCC

[Handwritten signature]

Arc

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

e Arqueologia. **Formulário de composição de equipe do projeto "Diagnóstico dos Sistemas Prisional e Socioeducativo de Minas Gerais"**, sob a coordenação do Prof. Braulio Figueiredo Alves da Silva. **Primeiro termo aditivo ao acordo de instituição parceira que entre si celebram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a interveniência da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)**, para a execução do Projeto Nacional BRA/18/024 – "Fortalecimento da garantia do direito à vida e a redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil", sob a coordenação da Profa. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, do Departamento de Sociologia. **2) Resolução sobre a Matriz de Regime de Trabalho e o Perfil de Referência da FAFICH.** A Sra. Presidente, ao introduzir a matéria, rememorou aos presentes as informações previamente debatidas e comunicou ter convidado a Profa. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, do Departamento de Ciência Política, na qualidade de presidente da comissão incumbida da elaboração da do relatório e da minuta em apreciação, para proceder à breve exposição acerca do documento, bem como do processo de discussão conduzido, ao longo dos últimos meses, após recebimento de sugestões das câmaras departamentais. Na sequência, a Profa. Ludmila, após agradecer à Diretoria pela oportunidade tanto de integrar a referida comissão quanto de promover reflexão acerca das normas institucionais que regem a carreira docente, deu início à apresentação do relatório, do qual se destaca que a iniciativa decorre da necessidade de atualização de normativas aprovadas em 2021 na Fafich, as quais se tornaram obsoletas diante das recentes alterações legais e institucionais. Nesse contexto, a comissão procedeu levantamento do quadro docente da unidade composto por cerca de 195 professores ativos, e à análise das contribuições oriundas dos departamentos, culminando na elaboração participativa da proposta de novo perfil de referência. No que concerne à composição do corpo docente, destaca-se a predominância do regime de Dedicção Exclusiva, correspondente a 97,9% do total, percentual que supera significativamente o mínimo exigido pela regulamentação vigente, razão pela qual a comissão entendeu desnecessária a revisão da matriz de regime de trabalho. A proposta incorpora, ainda, as mudanças estruturais previstas na legislação relacionada à carreira do magistério superior, que passou a ser organizada em quatro classes (Assistente, Adjunto, Associado e Titular), com unificação e racionalização dos níveis, estabelecendo um percurso funcional estimado em 19 anos até o teto da carreira. No âmbito avaliativo para relatórios docentes (REDOC) e progressões e promoções, propôs-se instituir um sistema de pontuação (barema) que contempla seis dimensões de atuação docente: ensino, pesquisa, extensão, produção científica, administração acadêmica e divulgação científica. As exigências de pontuação são progressivas conforme a classe, partindo de ênfase no ensino na fase inicial da carreira e evoluindo para maior equilíbrio e complexidade de atribuições, com destaque para liderança acadêmica e produção intelectual nas classes superiores. A proposta também organiza o planejamento da carreira em etapas de ingresso, amadurecimento, consolidação e excelência, conferindo maior clareza às expectativas institucionais em cada fase. Além disso, promove maior alinhamento entre as diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, mediante critérios objetivos de avaliação, incluindo indicadores de qualidade, como a avaliação discente, e a valorização de atividades inovadoras e de impacto social. Entre as

Tanli

for

CDR  
no.

Jelmar

A

opano

K10F

modificações introduzidas pela comissão à primeira versão do relatório, a professora Ludmila destacou a adequação do relatório docente ao período anual de avaliação, a explicitação dos critérios de cálculo das pontuações, o reconhecimento da diversidade de trajetórias acadêmicas, incluindo produção artístico-cultural e atividades de divulgação científica, bem como a previsão de mecanismos mais transparentes para progressão funcional, com possibilidade de compensação de desempenho ao longo do tempo e proteção a períodos de afastamento para qualificação. Por fim, foi enfatizado que a finalidade da proposta não é de natureza punitiva ou meramente controladora, mas sim de estabelecer parâmetros objetivos que assegurem equilíbrio, transparência e isonomia na distribuição e avaliação das atividades docentes, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e promovendo cultura institucional orientada ao planejamento e à melhoria contínua. Ato contínuo, franqueou-se aos presentes a oportunidade para formulação de questionamentos acerca do trabalho desenvolvido pela comissão, bem como sobre a legislação vigente e a proposta em exame. Vários professores manifestaram preocupação e levantaram dúvidas quanto à aspectos da proposta, em especial relacionados às pontuações mínimas do barema, avaliada por alguns como muito alta e incompatível com as diferentes áreas que compõem os departamentos da Fafich. A profa. Ludmila respondeu as questões levantadas relacionadas à comissão e, em seguida, despediu-se. A profa. Thais novamente agradeceu sua contribuição e participação. Foram registradas todas as contribuições adicionais ao texto da minuta de resolução. Considerando que, em razão de intercorrências de ordem técnica, os membros da congregação não tiveram acesso prévio à documentação relativa à matéria, a Sra. Presidente esclareceu que, após a consolidação das discussões, as sugestões apresentadas serão devidamente incorporadas, procedendo-se à adequação do texto ao formato de resolução, o qual será oportunamente submetido à deliberação na próxima reunião da Congregação. **3) Relato sobre debate e discussão acerca da proporcionalidade/paridade nas consultas eleitorais para a Reitoria.** A Sra. Presidente rememorou aos presentes a constituição de comissão específica, integrada por um representante docente, um discente e um técnico-administrativo em educação, incumbida de mediar o debate realizado sobre a matéria em apreço. Informou, ainda, que participou da discussão o Prof. Eduardo Valadares, Diretor da Escola de Ciência da Informação e presidente da comissão instituída pela Reitoria para tratar do tema, bem como os diretores-gerais dos sindicatos SINDIFES e APUBH. No que tange ao arcabouço normativo, foi esclarecido que a legislação anteriormente vigente vedava às instituições a autonomia para deliberar acerca da paridade e da proporcionalidade nos processos de escolha de seus dirigentes. Todavia, com a superveniência de alterações legais que suprimiram a obrigatoriedade da lista tríplex para a nomeação dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, restou igualmente afastado o impedimento à definição, pelas próprias instituições, de regras atinentes à proporcionalidade de voto entre segmentos da comunidade universitária, inclusive quanto à definição do peso relativo dos votos de cada segmento. No plano institucional, consigna-se que o Conselho Universitário deliberou pela manutenção do modelo vigente na UFMG para o pleito imediato, ocorrido no final de 2025, optando, entretanto, pela constituição de comissão paritária encarregada de fomentar o debate nas Unidades Acadêmicas e Administrativas, com vistas à construção de posicionamentos e

40F

eventuais propostas futuras. Foram explicitados, ainda, os fundamentos e implicações do modelo de proporcionalidade, especialmente no formato paritário, no qual os votos dos segmentos — docentes, técnicos-administrativos e discentes — seriam ponderados de forma equânime. Ressalta-se que tal discussão é válida para as consultas eleitorais de reitor(a), vice-reitor(a), com impacto nas consultas para diretor(a) e vice-diretor(a) das unidades acadêmicas, sendo independente da questão da composição dos órgãos colegiados, cuja eventual alteração é regida por legislação distinta. No curso do debate realizado, foram apresentados dados e experiências de outras instituições, evidenciando a ampla adoção de modelos paritários no sistema federal de ensino superior, bem como argumentos favoráveis à medida, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da gestão democrática, à ampliação da representatividade e à mitigação de assimetrias de poder entre os segmentos. Ademais, destacaram-se aspectos conceituais relevantes, como a distinção entre paridade eleitoral e composição de colegiados, bem como a necessidade de esclarecimento da comunidade acadêmica quanto ao funcionamento das diferentes fórmulas de cálculo da proporcionalidade. Foram igualmente suscitadas reflexões acerca da participação efetiva dos segmentos nos processos decisórios, indicando-se que a percepção de baixa representatividade constitui fator limitante ao engajamento institucional. Por fim, os membros da comunidade acadêmica presentes no debate registraram manifestações diversas que convergem para a necessidade de aprofundamento da discussão no âmbito das bases, bem como para a ampliação dos espaços participativos. Nesse sentido, destaca-se a indicação de continuidade do processo deliberativo, mediante a realização de novas discussões e a sistematização de contribuições a serem oportunamente submetidas às instâncias decisórias competentes. Em decorrência do debate na Congregação, verificou-se consenso, entre os membros, quanto à necessidade de aprofundamento da discussão sobre eventual alteração do modelo vigente. Ressaltou-se, entretanto, a importância de melhor compreensão das propostas possíveis, bem como da delimitação da competência da Congregação, notadamente quanto à definição do método de cálculo da proporcionalidade ou, alternativamente, quanto à manifestação institucional restrita ao mérito da mudança. A representação discente, por sua vez, manifestou-se no sentido de que as entidades estudantis defendem a adoção da paridade, ressaltando que o debate realizado teve caráter elucidativo quanto ao conceito e às implicações da medida. Destacou, contudo, que a construção da posição institucional deve ocorrer a partir das bases de cada segmento, recomendando que a Congregação aguarde as deliberações das respectivas categorias antes de fixar posicionamento a ser levado ao Conselho Universitário. Foi ainda informado que o tema será submetido às entidades representativas e que se considera relevante sua definição ainda no corrente semestre, preferencialmente na próxima reunião. Adicionalmente, foi comunicado pelo representante dos servidores TAE, Herivelton de Oliveira Ferraz, que se encontra prevista a realização de reunião no âmbito do Ministério da Educação, com a participação de diversas entidades vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, destinada à discussão da democratização interna das Universidades. Ao término das discussões, deliberou-se pelo retorno da matéria à pauta na reunião do mês de junho, estabelecendo-se o prazo até o dia 24 daquele mês para o encaminhamento de propostas à Secretaria Geral, a fim de que estas integrem a documentação oficial e sejam disponibilizadas previamente a todos os membros da

*[Handwritten marks]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signatures]*  
CRP  
Toulin  
LDF

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures]*  
Silmar  
Ber

*[Handwritten signatures]*  
M  
COP  
COPM

Congregação. **4) Estágio probatório da Profa. Marina Silva Duarte, do Departamento de História. Parecer pela Profa. Mariana Petry Cabral, chefe do DAA.** A Profa. Mariana Petry Cabral, chefe do Departamento de Antropologia e Arqueologia e relatora da matéria, fez uso da palavra para proceder à sucinta apresentação do parecer por ela elaborado, culminando com a leitura do respectivo mérito. Na sequência, não havendo manifestações para discussão e já em regime de votação, os presentes deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da avaliação final do estágio probatório da Profa. Marina Silva Duarte, acompanhando, portanto, o voto da relatora. **5) Estágio probatório do Prof. Tiago Pedro Ferreira Tomé, do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Parecer pelo Prof. Ricardo Fabrino Mendonça, chefe do DCP.** O Prof. Ricardo Fabrino Mendonça, chefe do Departamento de Ciência Política e relator da matéria, com a palavra, apresentou brevemente o parecer elaborado, concluindo com a leitura do mérito, no qual recomenda a aprovação do estágio probatório em tela a seguir, após aberta a discussão, sem manifestações e já em regime de votação, os presentes deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da avaliação final do estágio probatório do Prof. Tiago Pedro Ferreira Tomé. **6) Estágio probatório da Profa. Lílian Panachuk de Sá, do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Parecer pelo Prof. Leonardo de Mello Ribeiro, chefe do FIL.** O Prof. Leonardo de Mello Ribeiro, chefe do Departamento de Filosofia e relator da matéria, com a palavra, fez breve apresentação dos principais destaques do parecer, seguida da leitura do mérito que recomenda a aprovação da docente avaliada. A seguir os presentes, após aberta a discussão, sem manifestações e já em regime de votação e por unanimidade, deliberaram pela aprovação da avaliação final de estágio probatório da Profa. Lílian Panachuk de Sá. **7) Projetos pedagógicos do curso de graduação em Filosofia. Parecer pela Profa. Isabele Batista Mitozo, coordenadora do curso de Gestão Pública.** Com a palavra, o Prof. Abílio Azambuja Rodrigues Filho, coordenador do Curso de Graduação em Filosofia, apresentou esclarecimentos sucintos acerca das observações consignadas nos pareceres emitidos pela Profa. Isabele Batista Mitozo, relatora da matéria, no que se refere à carga horária destinada às atividades de extensão, assegurando que o colegiado já se encontra ciente da questão e que as providências cabíveis estão em curso, com vistas à ampliação das referidas atividades, conforme normativa legal. Na sequência, a Profa. Isabele Mitozo esclareceu que as observações formuladas não possuem caráter impositivo, constituindo-se, antes, em recomendação destinada a prevenir eventuais inconsistências junto à Pró-Reitoria de Graduação. A Sra. Presidente, por sua vez, ponderou que, em razão da necessidade dos ajustes nos projetos pedagógicos, em especial para atender a questão da carga horária de atividades de extensão, a matéria deverá ser retirada de pauta, a fim de possibilitar ao colegiado a devida adequação das questões suscitadas, de modo que a matéria possa ser reapreciada na reunião subsequente, ao que os presentes anuíram. **8) Recurso impetrado pela candidata Anna Gabriela Brasil Salama, contra decisão do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento. Parecer pela Profa. Raquel Oliveira Santos Teixeira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.** Antes do início da apreciação da pauta, a Profa. Thais Porlan de Oliveira transferiu a condução dos trabalhos ao Vice-Diretor, Prof. Rogério Duarte do Pateo, retirando-se da sala em razão de

HOF

Tanki

Admaes

CRONS

impedimento decorrente de conflito de interesses, haja vista sua participação na banca examinadora que deliberou pela reprovação da candidata, decisão que ensejou o recurso ora analisado. Na sequência, o Prof. Rogério concedeu a palavra à Profa. Raquel de Oliveira, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e relatora da matéria, que procedeu à apresentação sucinta do recurso interposto, concluindo sua exposição com a leitura do mérito do parecer, o qual recomendou o indeferimento do pleito, por considerar que o processo contém elementos suficientes a respaldar a decisão da banca examinadora. Ato contínuo, não havendo manifestações para discussão e já em regime de votação, os presentes deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do parecer e, conseqüentemente, pelo indeferimento do recurso submetido à Congregação. Encerrada a votação, a Profa. Thais retornou à sessão e reassumiu a presidência dos trabalhos. **9) Termo de Permissão de Uso da Associação Atlética da FAFICH.** Os presentes, depois de aberta a discussão, sem manifestações e já em regime de votação, deliberaram pela aprovação do termo de uso da sala utilizada pela Associação Atlética da FAFICH. **10) Termo de Permissão de Uso do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS).** Depois de aberta a discussão, sem manifestações e já já em regime de votação, o plenário deliberou pela aprovação do termo de uso da sala utilizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS). Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, e eu, Harley Leonardo Garcia Sathler, Secretário-Geral, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes. Belo Horizonte, 27 de abril de 2026.

  
 Renato R. Sathler  
 Luiz  
 Ap. H. aug  
 Ap. Sathler  
 Elias R. Sathler  
 Araceli L. Sathler  
  
 R. Sathler  
 Raquel de Oliveira Sathler  


Torbi  
  
 Marlene Paula  
  
 Julia Tullio de Sathler  
 Valma Cavallio de Sathler  
 Karina Sathler  
  
 Sathler  
 Sathler  
 LDF  
 Marlene de Sathler  
 Sathler  
 Sathler

